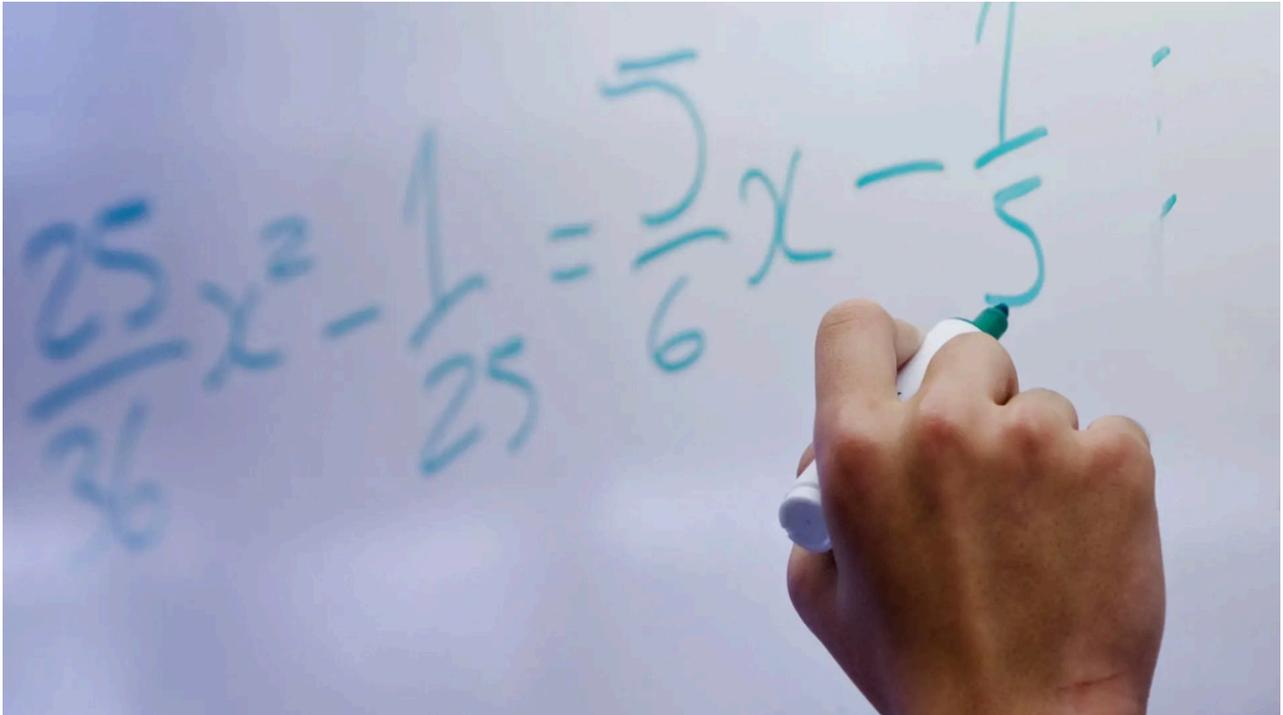


Vai ser mais fácil aceder à profissionalização de professores

JN www.jn.pt/nacional/artigo/facilitado-acesso-a-profissionalizacao-de-professores/17958958



Os milhares de professores que entraram nas escolas apenas com habilitação própria vão ter mais instituições para fazer a profissionalização e o acesso à formação será desbloqueado para os recém-chegados, revelou hoje a Federação Nacional da Educação (FNE).

 [Imagem do autor JN/Agências](#)

[JN/Agências](#)

Relacionados

- → [Professores retomam negociações e ameaças de protesto](#)
- → [Mais de 15 mil professores assinam petição a pedir urgente valorização da carreira](#)

Corpo do artigo

"No passado ano letivo entraram milhares de professores sem a devida qualificação profissional e este ano também se repete a situação. Hoje tivemos a confirmação de que [o Governo] está a ultimar um diploma que vai garantir a abertura do um modelo para

aceder à profissionalização", contou à Lusa o secretário-geral da FNE, Pedro Barreiros, no final de uma reunião no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

A promessa foi dada à FNE pela secretária de Estado da Administração Escolar, Maria Luísa Oliveira, durante a reunião de preparação do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

A legislação atual define que só podem aceder à profissionalização os professores com, pelo menos, cinco anos de serviço, explicou Pedro Barreiros, acrescentando que a tutela vai "publicar muito em breve um diploma que define que podem aceder à profissionalização os que entraram no ano passado e este ano".

Este ano, a tutela abriu um concurso para recrutar cerca de 1.700 novos docentes dispensados de ter formação específica para ensinar, à semelhança do que já tinha acontecido no ano passado.

O ministério decidiu também alargar a outras instituições - e não apenas à Universidade Aberta - a possibilidade de poderem oferecer a formação necessária para a profissionalização dos que estão nas escolas com um curso superior adequado à disciplina que ensinam, mas sem formação de professor, acrescentou.

A tutela está também a ultimar os contratos-programa com instituições de ensino superior situadas nas zonas de Lisboa, Setúbal, Alentejo e Algarve para que possam formar mais e novos professores: "Não é formando 1.500 professores por ano que vamos dar resposta aos mais de quatro mil que se aposentam todos os anos", explicou Pedro Barreiros.

A falta de técnicos que garantam o apoio educativo dos alunos, como psicólogos ou terapeutas da fala, é outro dos problemas em que a tutela disse hoje estar a trabalhar, tendo já feito "um trabalho avançado" para que estes profissionais passem a ter um vínculo laboral estável.

Já sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente, motivo pelo qual foram marcadas as reuniões preparativas de hoje, a FNE contou à Lusa que a tutela prometeu "acolher opiniões de todas as organizações sindicais para harmonizar as propostas".

O MECI quer começar as negociações em breve, para que o novo estatuto entre em vigor no ano letivo de 2027/2028, mas os sindicatos dizem que "há matérias que eram para ontem, como a valorização salarial", disse Pedro Barreiro, defendendo que "não basta valorizar apenas os índices do início de carreira".

Também a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) considera que 2027 será "demasiado tarde", disse à Lusa o secretário-geral José Feliciano Costa, no final da reunião onde esteve também o secretário de Estado Adjunto e da Educação, Alexandre Homem Cristo.

"Tal como apresentado pelo ministério, a duração do processo é muito longa. Queríamos que esta negociação decorresse o mais célere possível para que entrassem em vigor já no próximo ano letivo", lamentou José Feliciano Costa.

Na sexta-feira e hoje, responsáveis do MECI estiveram reunidos com as doze estruturas representativas dos professores para definir o plano para as reuniões negociais para o novo ECD, que irá definir as condições de trabalho, mas também o recrutamento, a formação ou a avaliação dos professores.

A revisão do ECD tem sido apontada, tanto pelo Governo como pelos sindicatos, como uma das chaves para tornar a carreira mais atraente e assim acabar com os casos de alunos sem aulas por falta de docentes.